

A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS PROPOSTAS
EDUCACIONAIS DAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DE
EDUCAÇÃO PARA TODOS

Lorena Mariane Santos Rissi
UEL – lorena.peduel@gmail.com
Maria José Ferreira Ruiz
UEL - mjfruíz@gmail.com

Eixo 8: Educação e Política

Resumo

O presente texto aborda os conceitos neoliberais subjacentes nas propostas que o Movimento Educação para Todos vem emitindo através dos tratados internacionais desde a década de 1990 até 2015, levando em consideração a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial como difusores do projeto de sociabilidade neoliberal. O objetivo desse estudo é analisar os pressupostos neoliberais nos documentos dos Fóruns Mundiais de Educação ocorridos em Jomtien, Dakar e Incheon produzidos pela Unesco e seus impactos para as políticas educacionais brasileiras nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva. O procedimento metodológico utilizado foi à pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo numa análise a partir das contribuições do materialismo histórico dialético. Conclui que é importante a compreensão das propostas educacionais no âmbito internacional e suas implicações para as políticas educacionais brasileiras, uma vez, que são propostas da classe dominante visando a formação de subjetividades nos sujeitos e sua qualificação para o mercado de trabalho para a manutenção da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Política Educacional. Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

Introdução

Recentemente representantes de 160 países assinaram um compromisso em Incheon, Coréia do Sul para o cumprimento de objetivos para a melhoria e acesso a educação no prazo de quinze anos. Nessa agenda internacional da educação foi afirmada a visão do movimento global Educação para Todos que teve início em Jomtien, em 1990 e reafirmado em Dakar, em 2000.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Como resultado dessas Conferências tem-se a elaboração de documentos que vêm direcionando as políticas educacionais brasileiras sob o discurso da efetivação da universalização e qualidade educacional por meio de parcerias público-privadas. Tendo em vista que esses documentos são produzidos em um cenário de luta entre as classes dominante e trabalhadora, no qual uma classe tenta tornar-se hegemônica mediante a reprodução de sua visão de mundo, é necessário analisá-los no contexto do modo de produção capitalista, pois, não são neutros, mas refletem os interesses divergentes, em um cenário contraditório em que a classe que detém os meios de produção material também se apodera das produções espirituais, buscando por meio da educação uma formação que reproduza os valores, atitudes e conceitos para manutenção do capitalismo.

Considerando esses aspectos, a problemática que direcionou o estudo é: quais as orientações ideológicas que têm norteado as propostas das Conferências Mundiais sobre Educação para Todos que contam com a participação dos organismos financeiros internacionais, bem como seus impactos para as políticas educacionais brasileiras? Diante dessa problemática, o objetivo desse estudo é analisar os pressupostos neoliberais nos documentos dos Fóruns Mundiais de Educação ocorridos em Jomtien, Dakar e Incheon produzidos pela Unesco e seus impactos para as políticas educacionais brasileiras nos governos de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio da Silva.

Para tal optou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo por meio da análise de um dos precursores neoliberais, Milton Friedman (2014), com vistas ao reconhecimento dos pressupostos econômicos para a política educacional. A pesquisa documental contempla os documentos resultantes dos Fóruns Mundiais de Educação ocorridos em Jomtien, Dakar e Incheon, a fim de identificar sua materialização nas políticas educacionais brasileiras e reconhecer sua ideologia estruturante. A fundamentação da pesquisa consiste nas contribuições do materialismo histórico dialético, uma vez que, o objeto desse estudo está posto em uma realidade contraditória permeada por divergências ideológicas. Por isso é necessário analisar a educação mediante a compreensão dos determinantes

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

políticos, econômicos e sociais, visto que a educação não é autônoma em relação ao modo de sociabilidade histórica vigente.

Redefinições para as políticas públicas a partir do Consenso de Washington

Como se sabe as injustiças sociais que são vivenciadas atualmente ocorrem predominantemente em decorrência do modo de produção capitalista que favorece a classe detentora dos meios de produção em detrimento da classe trabalhadora, através da exploração, dominação e produção de mecanismos de conformação das condições sociais e econômicas que mantem a classe dominante no poder.

O sistema capitalista perpassa por crises cíclicas, o qual necessita de uma ideologia de sustentação. Assim como o Keynesianismo foi utilizado após a crise de 1929 cuja intencionalidade foi à contenção dos traços mais autodestrutivos do capitalismo mediante a intervenção do Estado na economia, o neoliberalismo adquire proeminência após a crise de 1973, cuja intencionalidade também foi a manutenção desse modo de produção, todavia, mediante a expansão do mercado e limitação do Estado.

Segundo Moraes (2001) o que se denomina neoliberalismo é uma corrente de pensamento que surgiu após a segunda guerra mundial. Harvey identifica o neoliberalismo como teoria das práticas político-econômicas:

o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2005, p.12).

Para sustentar essa ideologia ou a teoria das práticas político-econômicas, tem-se um grupo de intelectuais que se organizam numa

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

sociedade. Friedrich von Hayek (1899-1992), se destacou pelo seu texto “ O Caminho da Servidão”, escrito em 1944. Tal livro foi uma crítica aos socialistas e ao Estado intervencionista. Em 1947, Hayek organizou uma reunião em Mont Pèlerin, na Suíça convocando aqueles que partilhavam de suas ideias. Entre eles destacavam Milton Friedman, Karl Popper, Lioner Robbins, Ludwig von Mises entre outros, surgindo então à sociedade de Mont Pèlerin.

As propostas políticas e econômicas expressas nos discursos de seus precursores os identificam como defensores do liberalismo em seu sentido originário do século XIX que lutam em prol de maior liberdade de atuação do mercado perante as atividades que são dirigidas pelo Estado, tendo em vista que o mercado é visto como uma entidade suprema com maior eficiência para gerenciar as possíveis áreas em que o Estado tornou se ineficiente.

Discurso esse materializado pelo governo norte-americano e organismos financeiros internacionais, Banco Mundial e o FMI, no ano de 1989 em Washington, D.C, o qual ficou conhecido como o Consenso de Washington.

O objetivo do encontro, convocado pelo “*Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países” da América Latina (BATISTA, 1994, p.5). Todavia conforme apontado por Batista (1994), o Consenso tratou de legitimar as políticas neoliberais recomendadas por diferentes agências internacionais, as quais culpabilizavam o Estado e sua incapacidade de gerenciar as políticas macroeconômicas juntamente com a incapacidade dos países latino-americanos de resolver os problemas político-econômicos que os assolavam, principalmente o pagamento da dívida externa que alcançava grandes proporções.

Apesar da denominação de Consenso o que se evidencia é a disseminação das orientações neoliberais por parte dos credores e das nações que tiveram sua ideologia triunfante na guerra contra o comunismo, estabelecendo aos países devedores uma série de reformas com vistas a consubstanciar na economia e na política a supremacia do mercado.

Nesse sentido, o que é expresso pelo Consenso é a

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

hegemonia que conquistou a ideologia neoliberal ao utilizar o Banco Mundial e o FMI para sua efetivação nos países latino-americanos, revela-se que esses organismos internacionais transcenderam a sua função de simples agências de crédito, mas também abarcam funções no que se refere ao estabelecimento de medidas para garantir o pagamento da dívida externa.

Essas medidas incluem a insistente redução do gasto público social que juntamente com um amplo programa de privatização como bem observa Gentili abrange tanto as empresas produtivas do Estado como também do “sistema de seguridade e bem-estar social e de uma progressiva transferência, aos usuários, dos custos vinculados ao seu financiamento” (GENTILI, 1998, p.31).

O Consenso de Washington apesar de fazer alusão às políticas de ajuste econômico contempla as políticas educacionais, uma vez que o Estado de acordo com a lógica neoliberal deve deixar de ser o promotor direto da educação e transferi-la para o campo do mercado com vista à eficiência e produtividade. (GENTILI, 1998)

Dessa forma, as recomendações do Consenso para o campo educacional consistiu em “uma educação voltada para atender os interesses dos setores produtivos do capital” (GREGÓRIO, 2012, p.19). Entre outras palavras refere-se a uma educação pensada na lógica mercantil, a qual alude à formação do sujeito de acordo com a necessidade do mercado é ele “que emite os sinais que devem orientar as decisões em matéria de políticas educacionais” (GENTILI, 1998, p.23).

O discurso de uma educação de qualidade que contribua para a erradicação da pobreza demonstra a necessidade de explorar o componente intelectual do trabalhador para aumentar a lucratividade das empresas e a formação de subjetividades de conformação do sujeito com a situação sócio-econômica que vivencia. Além do mais, a preocupação dos organismos financeiros internacionais com a educação do trabalhador denota também ações que visam conter um possível levante social em decorrência da crise estrutural do capitalismo, autores como Evangelista e Shiroma (2006, p.45) já apontava às falácias do Banco Mundial em torno da educação cuja intencionalidade consiste em “ocultar os reais determinantes do

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

empobrecimento da maioria da população e administrar eventuais levantes sociais a ele associados”.

Conforme apontado por Friedman (2014), o aspecto dos problemas gerados pelos efeitos de vizinhança a terceiros, possibilita a ação do governo no sentido de evitar que as ações de certas pessoas exerçam efeitos sobre outras pessoas, a orientação do autor correlacionado às políticas promovidas pelo Banco Mundial, permite compreender que essa agência internacional tem o intuito de controlar a pobreza, evitando uma possível revolta da população pobre contra aqueles que detêm o poder econômico por meio da exploração da classe trabalhadora. Por isso esses organismos internacionais vêm emitindo documentos para a educação, especialmente a partir da década de 1990 cuja intenção é a manutenção da classe dominante no poder, conforme exposto no próximo item.

A influência do neoliberalismo nas declarações sobre educação para todos de Jontiem, Dakar e Incheon.

Não é recente que as políticas educacionais brasileiras vêm sido influenciadas pelos documentos sobre educação elaborados no âmbito internacional. O mais antigo desses documentos, é construído em 1792 pelo Marquês Condorcet após a Revolução Francesa, na qual houve a ascensão da classe burguesa sobre o alto clero e a nobreza. Os valores que deram base para a classe burguesa conquistar o poder foram: liberdade, igualdade e fraternidade, os quais direcionaram a elaboração desse relatório.

Nesse documento está à defesa do dever do Estado em proporcionar a educação para todos os cidadãos de maneira a desenvolver os seus talentos inatos. O autor ao mesmo tempo em que defende uma educação igual para todos se contradiz quando afirma que as “escolas secundárias são destinadas às crianças cujas famílias podem privar-se por maior tempo de seu trabalho, e consagrar a sua educação um maior número de anos” (CONDORCET, 1792, p. 240). Em outras palavras a educação deve ser ofertada pelo Estado a todos, porém sem proporcionar condições de igualdade para todos frequentarem.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Outro item que merece ser destacado é a ênfase de uma educação com base na moral, nos valores cívicos, princípios de ordem e regras de conduta, os quais denotam a preocupação do Marquês em uma formação que crie no sujeito a passividade e aceitação das condições econômicas e sociais que lhe são impostas.

Assim como esse relatório foi um mecanismo da classe burguesa para formar subjetividades nos cidadãos visando o seu poderio sobre a classe trabalhadora. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, outros relatórios são elaborados a fim de orientar as políticas educacionais em consonância com os preceitos da classe dominante, a qual conta com as colaborações das agências internacionais, como o Banco Mundial que conforme expõe Leher (1999) vem se efetivando como o Senhor da Educação em decorrência da sua influência no campo educacional, principalmente por meio de conceitos que estão contribuindo para a formulação de políticas educacionais fortemente nos países de capitalismo periférico.

A presença significativa desses organismos financeiros internacionais no campo educacional é marcante nos anos 90 através da organização de grandes eventos. O primeiro desses eventos em nível global é a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A conferência firmou um compromisso para o decênio de 1990, cujo enfoque era a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”:

cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (UNESCO, 1990, p.4).

Em 1995 o Banco Mundial publica o documento *Prioridades y estrategias para la educación*, com base nas conclusões da Conferência de Jomtien. O principal objetivo do Banco Mundial na formulação dessas diretrizes

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

para a educação é “ayudar a los prestatarios a reducir la pobreza y mejorar el nivel de vida a través del desarrollo sostenible y la inversión en los seres humanos”(BANCO MUNDIAL, 1996, p.15). Esse discurso do Banco Mundial é propagado em documentos posteriores, o qual enfatiza a necessidade de “promover o uso produtivo dos recursos mais abundante dos pobres: o trabalho” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p.46). Surge então à necessidade de “qualificar o trabalhador” para aumentar a lucratividade daqueles que detém o grande capital, o que culminou para que estratégia neoliberal utilizasse a educação de duas formas:

[...] direcionou-se a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o trabalho, com uma visão meramente tecnológica e, por outro lado, usou-se também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado (OLIVEIRA *et al.*, [200-], p.4).

Após a Conferência em Jontiem, destaca-se a Declaração de Dakar – Educação para todos que aconteceu em Senegal, no ano de 2000. As propostas dos representantes da Cúpula Mundial de Educação além de reiterar os acordos obtidos em 1990 se delineiam na qualidade educacional como “aquela que satisfaz as necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 2000, p.20).

No documento também traz a concepção de uma educação redentora capaz de eliminar o desemprego e a pobreza, mas não esclarece que a educação não é autônoma em relação ao modo de produção vigente que causa a desigualdade social, mas é influenciada por esse, portanto, nesse documento não visa à transformação dos mecanismos de pobreza e exclusão, contudo sua amenização. Essa via é realizada mediante uma formação voltada “na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida” a fim de que o sujeito encontre “emprego remunerado e participe plenamente da sociedade” (UNESCO, 2000, p.8).

Em maio de 2015, em Incheon na Coreia do Sul ocorreu o Fórum Mundial de Educação organizado pela UNESCO. No preâmbulo desse documento são confirmadas as principais propostas das Declarações Mundiais precedentes. As quais propagam a educação como direito fundamental que deve ser oferecida a todos os cidadãos sem distinção de gênero, etnia, ou

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

poder econômico, de forma que desenvolva os talentos e potenciais de cada um. (UNESCO, 2015).

Ainda nesse documento, diferente dos que antecederam, não aborda somente as discussões em torno do nível primário de educação, mas contempla também o secundário. Todavia a focalização recai nos conteúdos a serem ministrados, os quais destacam-se “habilidades básicas de leitura, escrita e matemática” (UNESCO, 2015, p.21). Denota que os princípios propagados para a educação nessa Conferência é uma aprendizagem voltada para o setor produtivo, em outras palavras, conforme consta no documento “precisa-se urgentemente, que crianças, jovens e adultos desenvolvam ao longo da vida as necessidades e as competências flexíveis de que necessitam para viver e trabalhar em um mundo mais seguro, sustentável e interdependente” (UNESCO, 2015, p. 14). Dessa forma, esses princípios se aproximam com os propagados pelos neoliberais, pois, conforme cunhado por Friedman “não é possível a vivência na sociedade democrática “sem um nível mínimo de alfabetização e de conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem aceitação de um conjunto de valores comuns. A educação contribui para ambas as necessidades” (FRIEDMAN, 2014, p.91).

Para efetivar a qualidade no ensino, as estratégias elaboradas nesse documento são de realizar parcerias entre os setores privados e entidades da sociedade civil, cabendo ao Estado “estabelecer e regular normas e padrões” (UNESCO, 2015, p.15). Propostas que vão ao encontro do ideário neoliberal que submete a educação a lógica financeira propondo a formação de alianças com setores privados para alcançar esses ideais e a notável responsabilização do sujeito por essa conquista seja professor, aluno ou comunidade

No Brasil essas propostas têm se materializado de forma intensificada a partir da chegada de Fernando Henrique Cardoso, o qual solicita a elaboração de um Plano Diretor para a reforma do Aparelho do Estado, cujo objetivo era torná-lo mais próximo do modelo empresarial. Transfere-se então para o setor privado “as atividades que podem ser controladas pelo Estado” (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p.17). Através das estratégias de privatização, publicização e terceirização. Mudando a postura do Estado frente aos serviços

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

educacionais, de provedor a subsidiário, regulador e promotor, “buscando o controle social direto e participação da sociedade”, portanto, através da estratégia de publicização “transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p.13).

A implementação do neoliberalismo no Brasil não se limita apenas no governo de FHC, todavia ocorre em governos de forte oposição partidária, como no caso do governo petista que apesar da efetivação de propostas que beneficiaram o trabalhador, não se esquivou do projeto de sociabilidade propagado pelos organismos financeiros internacionais. Como exemplo tem-se as parcerias público-privadas (PPPs) na execução das políticas educacionais em vista da elevação de sua eficiência, propõe “uma nova sinergia entre os setores públicos e privados, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (MERKEL, 2007, p. 109). Um exemplo dessa modalidade é o Programa Universidade para Todos (ProUni), “no qual o governo compra um produto educacional do setor privado. Esse programa prevê a concessão de bolsas para alunos carentes por parte de instituições particulares de ensino superior, em troca da isenção de determinados impostos federais”(VELOSO, 2011, p.241).

Dado o exposto, os documentos fruto da Conferência Mundial Educação para Todos abrangem em suas propostas os conceitos dos precursores neoliberais, porém de forma subliminar propaga-se uma educação com uma perspectiva redentora, ou seja, atribuiu-se a educação a responsabilidades pelas mazelas sociais, como se a mudança dessa fosse implicar na extinção da violência, desemprego, doenças contagiosas e o preconceito. Dessa forma, concebe a educação como um universo paralelo das relações de produção, do contrário do que afirmava Marx e Engels (2005) que é através do modo de produção que se efetiva determinadas relações sociais. Logo no modo de produção capitalista a educação institucionalizada tende a ser fragmentada e dividida entre o conhecimento teórico e prático a fim de formar o sujeito de forma unilateral.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
Considerações Finais

Em virtude do que foi mencionado, evidencia que os documentos que vêm sendo produzidos no âmbito internacional para orientar as políticas educacionais brasileiras carregam em si os interesses da classe dominante a fim de se manter no poder. O Banco Mundial e o FMI tem sido importantes agências de organização e divulgação dos conceitos da classe dominante visando a interesses economicistas que atrelam a educação ao tipo de trabalho que se apresenta no modo de produção capitalista, no qual o trabalhador não compreende a totalidade dos processos de produção dos produtos sociais. Em virtude de ser um trabalho fragmentado, a educação que é influenciada a partir do modo como se organiza a produção, tende oferecer um saber dividido.

Para tal efetivação, a classe dominante tem divulgado as suas propostas educacionais mediante a organização das Conferências Mundiais sobre Educação para Todos, que produzem documentos, os quais abordam palavras que abarcam o interesse da população, como universalização e qualidade educacional com o intuito de mascarar as reais propostas para a classe majoritária, uma vez que esconde que a educação não é autônoma em relação a realidade sócio-histórica, mas influencia e é influenciada por essa. Portanto a educação não é capaz de sanar todas as mazelas sociais, mas ser promotora da transformação do modo de produção vigente desde que a educação escolar seja um espaço de transmissão do saber sistematizado e que se efetiva políticas públicas que oportunize não apenas o acesso ao aluno, mas as condições de permanência para frequentar a escola.

Dessa forma, a defesa pela universalização da educação básica nos documentos que contam com a participação do Banco Mundial em sua organização, é no sentido de escolher uma formação para o sujeito atrelada a reestruturação produtiva do capitalismo, o qual necessita de mão de obra qualificada a fim de saciar o capital que cada vez mais busca novas áreas para sua reprodução.

Referências

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación**. Washington, DC: Word Bank, 1996.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CONDORCET, M. J. A. N. C. **Rapport et projet de décret relatifs à l'organisation générale de l'instruction publique**. Présentation à l'Assemblée législative: 20 et 21 avril 1792.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. **Revista de Educação PUC**, Campinas, v.7, n.20, p.43-54, jun.2006.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.208 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis RJ. Vozes, 1998.141 p.

GREGÓRIO, José Renato Bezde. O papel do Banco Mundial na contra-reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o Reuni. **Trabalho necessário**, Fluminense, n.14, p.1-26, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.124p.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro:Vide Editorial, 2013. 221 p.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008, 590p.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.1-9, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach - a oposição entre as cosmovisões materialista e idealista.1.ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. 148 p.

MERKEL, Wolfgang. As terceiras vias da democracia social. In: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**.1.ed.São Paulo: Unesp, 2007, p.83-113.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo** - de onde vem, para onde vai? São Paulo: editora Senac, 2001. 88p.

MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista**. 2. ed. Campinas : Vide Editorial, 2015. 158 p.

OLIVEIRA, Fernanda Silvia de. *et al.* **Teoria Keynesiana**. John Maynard Keynes. "O gênio de um artista rebelde". Artigo- Ciências Contábeis. Universidade Paulista, Instituto de Ciências Sociais e Comunicações. [200-]. Disponível em:
<http://www.novosolhos.com.br/download.php?extensao=pdf&original=TEORIA%20> . Acesso em 01 de setembro de 2019.

PAULA, João Antonio de. A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil. In: PAULA, João Antonio de (Org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p.17-37.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal.10.ed.Rio de Janeiro: Record, 2003.55p.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

VELOSO, Fernando. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. In: BACHA, Edmar Lisboa; SCWARTZMAN, Simon (Org.). **Brasil a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.p.215-252.